



A GEOECONOMIA DE PORTUGAL ENTRE OS SÉCULOS XV E XVIII: UMA ANÁLISE REFLEXIVA E ENSAÍSTICA

Portugal foi um dos primeiros Estados a conceber um sistema de geoeconomia global, entre os séculos XV e XVIII, articulando poder naval, controlo de rotas comerciais e estabelecimento de monopólios. Este fenómeno, que se tornou uma espécie de “laboratório” do mercantilismo moderno, conjugou aspirações espirituais e estratégias materiais, produzindo um legado histórico rico e complexo.

Combinando dimensões históricas, económicas, políticas e religiosas, este texto investiga de forma reflexiva e ensaística como Portugal, entre os séculos XV e XVIII, concebeu um dos primeiros sistemas de geoeconomia global. Analisando crónicas, tratados políticos e obras literárias de autores como D. Duarte, Gomes Eanes de Zurara, João de Barros, Camões, António Vieira e Francisco de Andrade, procura-se compreender as raízes de uma lógica mercantil e estratégica que alicerçou um vasto império ultramarino. Realça-se, ao mesmo tempo, como a prioridade diplomática evoluiu, a partir do século XVIII, relegando progressivamente a vertente económica para segundo plano.

Contextualização histórica

A história de Portugal entre os séculos XV e XVIII é marcada por um processo de expansão ultramarina sem precedentes. Neste período, o reino português, até então uma pequena nação no extremo ocidental da Europa, projetou-se nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, estabelecendo uma vasta rede de feitorias e de rotas comerciais que se estenderam por África, Ásia e América. Dessa expansão emergiu um fenómeno que, numa perspectiva contemporânea, podemos considerar como a sendo a primeira estratégia geoeconómica de um país à escala global, ou seja, a procura deliberada de controlo de rotas estratégicas globais, monopólios de produtos valiosos e estabelecimento de acordos políticos e militares para salvaguardar interesses económicos. Embora o vocábulo “geoeconomia” não fosse utilizado à época, os seus princípios e práticas estavam já presentes nos discursos e crónicas de então, sobretudo nos tratados políticos e até nos poemas épicos que exaltavam a grandeza nacional. Auto-

res como D. Duarte (no seu *Leal Conselheiro*), Gomes Eanes de Zurara (que produziu várias crónicas sobre as conquistas africanas), João de Barros (nas suas *Décadas da Ásia*), Luís de Camões (em *Os Lusíadas*), Padre António Vieira (nos *Sermões*) e Francisco de Andrade (na *Crónica de D. João III*), entre outros, deixaram testemunhos escritos que, embora distintos em género literário, convergem ao destacar a importância da expansão marítima para a consolidação económica e política de Portugal.

Embora o vocábulo “geoeconomia” não fosse utilizado à época, os seus princípios e práticas estavam já presentes nos discursos e crónicas de então, sobretudo nos tratados políticos e até nos poemas épicos que exaltavam a grandeza nacional.

A presente análise procura unificar esse corpus de textos e ideias, demonstrando como o reino, ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, desenvolveu uma lógica mercantil e estratégica que lhe permitiu o domínio, durante vários séculos, de um vastíssimo império colonial. Consequentemente, examina-se também o declínio daquela dinâmica, acentuado pelas perseguições inquisitoriais contra mercadores cristãos-novos, pela concorrência de outras potências marítimas (Países Baixos, Inglaterra e França) e pela progressiva relegação dos interesses económicos para um segundo plano na política externa portuguesa, sobretudo a partir do século XVIII.

As primeiras sementes de uma visão geoeconómica: D. Duarte e as reflexões iniciais

O cerne do pensamento estratégico português remonta ao reinado de D. Duarte (1433-1438). Embora curto, o seu reinado coincidiu com uma época de redefinições políticas e com o amadurecimento do projeto de expansão iniciado pelo seu pai, D. João I, que conquistara Ceuta em 1415. No *Leal Conselheiro* (1437-1438), obra de feição moral, D. Duarte tece reflexões sobre as virtudes régias, a conduta do governante e a necessidade de avaliar custos e benefícios das empresas militares no Norte de África. Apesar de não constituir um tratado económico ou estratégico propriamente dito, já se vislumbra ali uma perceção embrionária de que o poder régio se reforça quando consegue, de forma criteriosa, relacionar-se com territórios ultramarinos.

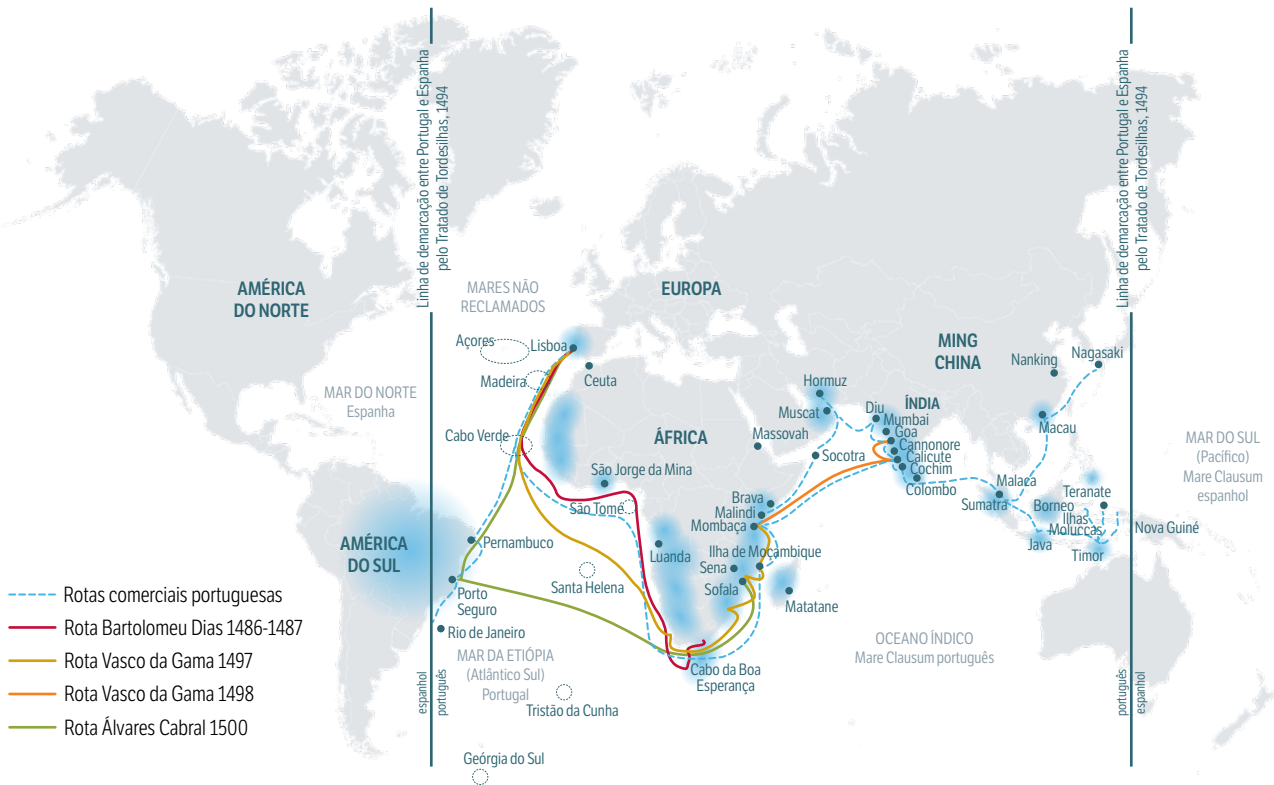
Essas ideias, ainda que pouco sistematizadas, delineiam preocupações que, posteriormente, seriam desenvolvidas pelos cronistas e pensadores dos Descobrimentos. A noção de cálculo político – ou seja, de que as decisões régias relativas a guerras e explorações deviam assentar em análises de vantagens e desvantagens – indica uma mentalidade nascente de racionalização e planeamento. Nesse sentido, D. Duarte antecipa já uma forma incipiente de raciocínio geoeconómico que, mais tarde, se consolidaria na prática dos reis posteriores, sobretudo D. João II (r. 1481-1495) e D. Manuel I (r. 1495-1521).

Infante D. Henrique e a projeção atlântica: Fundamentos de uma rede global

Embora D. Duarte tenha registado em letras essa preocupação, foi o seu irmão, o Infante D. Henrique (1394-1460), quem simbolicamente incorporou o “arranque”

FIGURA 1. IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS, COM AS ROTAS DOS NAVEGADORES PORTUGUESES SÉCS.XV-XVI

Fonte: World History Encyclopedia.



das navegações portuguesas ao longo da costa de África. Ainda que o Infante não tenha deixado obra escrita que apresente uma teoria económica coesa, a sua figura, frequentemente associada à chamada “Escola de Sagres”, reflete uma visão pragmática: patrocinar expedições marítimas, desenvolver instrumentos náuticos (astrolábios, mapas e cartas de navegação) e promover o estudo de ventos e correntes atlânticas. O objetivo era claro: encontrar novas fontes de riqueza (ouro, escravos e especiarias) e escoar tais mercadorias pelos portos portugueses, quebrando, assim, monopólios comerciais controlados por potências muçulmanas e algumas cidades-Estado italianas (sobretudo Génova e Veneza). Este movimento de carácter exploratório, fortemente impulsionado pela Coroa, já trazia em si os elementos daquilo que hoje se chamaria estratégia geoeconómica: assegurar o acesso preferencial a mercados ultramarinos, estabelecer feitorias e postos fortificados, negociar com as populações locais para garantir provisões e isenções alfandegárias. Os rendimentos obtidos com essas feitorias seriam revertidos para o tesouro régio, fortalecendo o poder central. Nesse contexto, pode afirmar-se que Portugal, como pioneiro na projeção económica

global através do Atlântico, se tornou um verdadeiro 'laboratório' de práticas mercantis transcontinentais, antecipando e moldando a ordem comercial que definiria os séculos seguintes.

Gomes Eanes de Zurara e João de Barros: Narrativas crónicas e consolidação mercantil

As primeiras crónicas que registam as conquistas além-mar são da autoria de Gomes Eanes de Zurara (c. 1410-1474), nomeadamente a *Crónica da Tomada de Ceuta* (c. 1450) e a *Crónica dos Feitos da Guiné* (c. 1453). Nestes textos, Zurara enfatiza o valor religioso e militar das campanhas, mas não deixa de sublinhar, em vários trechos, a vertente comercial que emergia do controlo de portos norte-africanos. Observa, por exemplo, como a ocupação de praças estratégicas podia garantir novas receitas e produtos exóticos, expandindo a influência régia além das fronteiras europeias.

No século XVI, com o avanço das grandes navegações e a chegada à Índia em 1498, surgem obras mais abrangentes, como as *Décadas da Ásia* de João de Barros (publicadas entre 1552 e 1615), que constituem um testemunho eloquente da lógica mercantil e expansionista de Portugal. Barros descreve minuciosa-

mente a administração das feitorias, o comércio de especiarias e a necessidade de manutenção de fortalezas e frotas para proteger os interesses lusos. As *Décadas* são fundamentais para compreender como o império português, ainda que disperso geograficamente, era unido por uma estrutura de monopólios e acordos comerciais que a Coroa procurava gerir de modo centralizado.

Para João de Barros, a grandeza do reino dependia largamente dessa rede de entrepostos que, ligando Lisboa à Índia, a Malaca, ao Japão (via Macau) e ao Brasil, assegurava o abastecimento de bens valiosos (pimenta, cravo, canela, açúcar, etc.) e, consequentemente, a entrada de lucros consideráveis nos cofres régios. Tais reflexões confluem para a noção de que Portugal, ao dominar pontos-chave de navegação e comércio, exercia uma influência geoeconómica desproporcional à sua dimensão territorial na Europa, sustentando-se no poderio marítimo e no desenvolvimento de técnicas náuticas.

Camões e a exaltação épica dos descobrimentos

Luís de Camões (c. 1524-1580) representa a celebração literária da expansão. Em *Os Lusíadas* (1572), funde-se a nar-



rativa épica com a retórica de exaltação do feito marítimo português. Embora a obra seja primariamente poética, nela encontra-se uma dimensão ideológica: o expansionismo luso é apresentado como missão divina, prova do engenho e do valor português, mas também uma busca de riqueza e domínio de territórios. A sublimidade do discurso camoniano encobre, por vezes, a vertente prática e mercantil da expansão, mas não a anula. Nas estrofes em que se descreve a chegada à Índia, ou nos episódios que enaltecem a coragem dos navegadores, afloram referências à importância das especiarias e da prosperidade que haveria de advir para a Coroa.

A repercussão de *Os Lusíadas* não apenas influenciou a imagem que a própria sociedade portuguesa fazia de si mesma, como também moldou, em parte, a percepção europeia sobre as navegações lusitanas. A “guerra comercial” no Índico, os acordos e alianças com reis locais, a necessidade de manter guarnições e administrar feitorias passam, no texto de Camões, a pertencer ao discurso heroico nacional. Assim, a epopeia camoniana tem o mérito de eternizar em versos a política de expansão que conferia a Portugal, de maneira transitória mas efetiva, um papel central no comércio de longa distância.

Padre António Vieira: Entre a expansão e a consciência social

No século XVII, o Padre António Vieira (1608-1697) emerge como um dos maiores intelectuais portugueses, combinando oratória religiosa com reflexões sobre a condução do império. Vieira, sobretudo nos seus *Sermões* e em correspondências políticas, analisa a necessidade de preservar e rentabilizar as possessões ultramarinas, alertando para os abusos cometidos e propondo reformas que conciliassem as dimensões económica, religiosa e moral.

Vieira, que viveu no Brasil e esteve envolvido em missões diplomáticas, percebia claramente os riscos do sistema: a exploração excessiva dos recursos, as tensões entre interesses mercantis e evangélicos, e a rigidez de uma mentalidade que por vezes coibia a participação de comerciantes de origem judaica ou cristã-nova. Embora alinhado aos interesses do império, Vieira apontava a necessidade de uma gestão “mais justa” dos povos e

riquezas ultramarinas, advertindo para as consequências nefastas de políticas demasiado opressoras.

A vertente crítica de Vieira faz dele um autor incontornável para entender o declínio gradual da capacidade portuguesa em manter uma rede comercial coesa. A insistência em políticas anacrónicas e as disputas internas acabariam por fragilizar as fortalezas e a frota, deixando o espaço livre para potências como os Países Baixos e a Inglaterra avançarem sobre territórios e mercados anteriormente sob domínio lusitano.

Francisco de Andrade e as crónicas de D. João III: Auge e desafios do império

Paralelamente, Francisco de Andrade, na *Crónica de D. João III* (c. 1613), oferece uma narrativa concentrada no auge do império ultramarino português e nas dificuldades de o manter. D. João III (r. 1521-1557) herdou de D. Manuel I um vasto e rentável conjunto de enclaves ultramarinos. No entanto, Andrade descreve como a Coroa se via pressionada a custear fortalezas e a guarnecer navios para proteger as rotas das constantes investidas de corsários e rivais europeus. Diante das limitações demográficas e financeiras de Portugal, o projeto expansionista começava a exigir soluções políticas e burocráticas mais sofisticadas, bem como a necessidade de se criar alianças estáveis para salvaguardar interesses económicos.

A insistência em políticas anacrónicas e as disputas internas acabariam por fragilizar as fortalezas e a frota, deixando o espaço livre para potências como os Países Baixos e a Inglaterra...

Essa narrativa de Andrade mostra, pois, o reverso da medalha do sucesso comercial: a urgência em sustentar um império disperso, com monopólios comerciais de especiarias, açúcar, metais preciosos e escravos, e a consciência de que outras nações (sobretudo Países Baixos e Inglaterra) estavam a aperfeiçoar as suas próprias estruturas mercantis, minando lentamente a preponderância lusa.

O papel da Inquisição e o declínio do empreendedorismo mercantil

A partir do século XVII, outro fator de peso contribuiu para a erosão da capacidade geoeconómica portuguesa: a Inquisição. Como apontam vários historiadores, entre eles Francisco Bethencourt em *Estranhos na sua Terra* (2020), a perseguição a judeus e cristãos-novos (muitos deles grandes mercadores) gerou uma fuga para o estrangeiro de capitais e talentos. Figuras como António e Nicolau de Policarpo, António da Fonseca e António Rodrigues Pinhel, entre outros, foram alvo de processos inquisitoriais e acabaram por se refugiar em cidades europeias onde havia maior tolerância religiosa, como Amesterdão ou Hamburgo.

A consequência imediata foi a perda de redes de contactos, conhecimento acumulado sobre rotas e práticas comerciais, além de fluxos de investimento fundamentais para sustentar a frota, as fortalezas e a própria economia metropolitana. Este fenómeno é ilustrado pela família de Baruch Espinosa – filósofo de origem portuguesa nascido em Amesterdão, – que se estabeleceu nos Países Baixos após sofrer perseguições por suspeitas religiosas que levaram ao encerramento das suas empresas em Portugal. Assim, o declínio do grupo mercantil de origem judaica retirou a Portugal uma vantagem competitiva num momento crítico, quando outras potências europeias reforçavam a sua presença no Atlântico e no Índico.

Em paralelo, o endurecimento do Santo Ofício tornou-se um fator de dissuasão para estrangeiros ou mesmo para portugueses empreendedores, que receavam investir num ambiente marcado pela desconfiança e pela censura. À medida que a economia interna se enfraquecia, a manutenção do império ultramarino tornava-se cada vez mais dispendiosa e, portanto, vulnerável às investidas de rivais.

Transformações institucionais e mudança de paradigma: A criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1736)

A passagem para o século XVIII trouxe consigo uma profunda transformação do aparelho de Estado português, que culminaria na fundação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em 1736. Este processo reformista inseriu-se num contexto mais amplo de moderniza-

ção administrativa, impulsionado tanto por dinâmicas internas de consolidação do poder régio como pela crescente complexidade das relações europeias à época.

O término da Guerra da Sucessão de Espanha, em 1714, alterou significativamente o equilíbrio de poder na Europa e, em consequência, as prioridades diplomáticas de Portugal. Nas décadas seguintes, o reino sentiu a necessidade de se posicionar num concerto europeu mais volátil, onde as alianças e as fronteiras eram objeto de intensas negociações. Assim, o esforço de reorganização interna não se limitava a dinamizar a administração; procurava igualmente dar resposta às exigências políticas emergentes das novas conjunturas pós-guerra.

Com o declínio da preponderância ibérica nos mares – face à ascensão das esquadras inglesa e holandesa – e com a consolidação de Estados cada vez mais centralizados, aumentou a complexidade dos acordos internacionais que Portugal teria de estabelecer ou preservar. Tratados de comércio, alianças militares e negociações políticas exigiam uma estrutura governativa mais especializada e menos difusa do que a que existia até então, baseada em conselhos e juntas pouco articulados entre si.

Fruto desse conjunto de motivações, a fundação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros representou um marco na institucionalização da política externa portuguesa. O monarca, assessorado por conselheiros que aspiravam a dotar o reino de uma administração mais ágil, optou por concentrar a diplomacia num único organismo.

Se, até aos finais do século XVII e princípios do século XVIII, o principal eixo da ação externa portuguesa era o controlo e exploração dos impérios ultramarinos, a reforma de 1736 sinalizou uma mudança de ênfase. Embora não se abandonasse por completo a vertente mercantil – que continuava vital para as finanças régias –, a verdade é que a geoeconomia deixou de ocupar o centro das decisões. O novo aparelho de Estado, voltado para a consolidação do posicionamento político de Portugal na Europa e preocupado em manter alianças estratégicas face às potências emergentes, diluiu parte das competências económicas noutras secretarias (por exemplo, a da Fazenda ou a do Ultramar).

Assim, a partir deste momento, a tutela sobre as questões negociais e de comércio internacional não encontraria, na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, o dinamismo que caracterizara a política mercantilista dos séculos XV, XVI e XVII. Em vez disso, acentuou-se uma divisão clara: a nova Secretaria de Estado concentrava-se no xadrez político europeu, enquanto os interesses comerciais eram geridos de forma mais dispersa pelos outros departamentos do Estado e por juntas específicas. Tal distanciamento institucional tornou mais difícil a renovação do ímpeto mercantil português, já fragilizado pela concorrência de outras nações e, como atrás se refere, pela êxodo de capitais e talentos associado às perseguições inquisitoriais.

Do ponto de vista económico, a experiência portuguesa de controlo de rotas e feitorias antecipou muitos princípios da geoeconomia, fazendo do país um caso exemplar no estudo do desenvolvimento das primeiras redes de comércio global.

Considerações finais: Reflexões e legado para a atual geoeconomia portuguesa

Entre os séculos XV e XVIII, Portugal foi, sem dúvida, um dos primeiros Estados a conceber – ainda que de forma intuitiva e pragmática – uma política de caráter geoeconómico, articulando poder naval, controlo de rotas comerciais e estabelecimento de monopólios. Esta estratégia, sustentada pelo impulso económico decorrente das conquistas e descobertas, e também pela perícia dos navegadores e pelo suporte ideológico e literário de cronistas e poetas, permitiu a um reino de dimensão modesta erguer um império intercontinental.

No plano intelectual, as referências de D. Duarte, Gomes Eanes de Zurara, João de Barros, Luís de Camões, Padre António Vieira e Francisco de Andrade, entre outros, testemunham a evolução do pensamento político e económico ao longo

desse período. Se, no início, havia apenas um “cálculo” pontual de riscos e benefícios, rapidamente se consolidou um sistema de monopólios régios, feitorias e rotas fortificadas, que se tornou uma espécie de “laboratório” do mercantilismo moderno.

Entretanto, fatores internos, como a perseguição a judeus e cristãos-novos pela Inquisição, e externos, como a emergência de novas potências marítimas, corroeram as bases desse império ultramarino. A reorganização do Estado, simbolizada pela criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 1736, demonstrou a alteração das prioridades de Portugal, cada vez mais preocupado com o equilíbrio político na Europa do que com a expansão económica ultramarina.

O legado desse período, porém, não se restringe ao declínio: a herança cultural, linguística, arquitetónica e até gastronómica nas várias partes do mundo em que Portugal se implantou constitui uma marca histórica de amplo alcance. Do ponto de vista económico, a experiência portuguesa de controlo de rotas e feitorias antecipou muitos princípios da geoeconomia, fazendo do país um caso exemplar no estudo do desenvolvimento das primeiras redes de comércio global.

Em síntese, a geoeconomia de Portugal entre os séculos XV e XVIII revela-se um fenómeno singular, na medida em que conjugou aspirações espirituais e estratégias materiais. A busca do lucro, do poder e da glória, unida à fé e à ideia de missão civilizadora, produziu um legado histórico rico e complexo. Ainda hoje, as estruturas de comércio global, as rotas marítimas e até o imaginário coletivo sobre as grandes navegações encontram raízes profundas nas iniciativas e reflexões desse período. A diplomacia portuguesa, a partir dessa altura, secundarizou progressivamente a vertente geoeconómica, privilegiando a dimensão política e militar em detrimento de uma continuidade vigorosa da sua projeção mercantil ultramarina, característica que ainda hoje se mantém. ●